4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA DEBATER O FORTALECIMENTO DAS EMPRESAS AGRÍCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 17 DE MAIO DE 2018, ÀS 9H30MIN, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, NO PALÁCIO BARRIGA VERDE

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Clovis Nelson Pires da Silva) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pelo excelentíssimo senhor Deputado Estadual Serafim Venzon, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo ao requerimento do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e coordenador do Grupo de Trabalho de Fortalecimento das Empresas Agrícolas Públicas, e do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Cesar Valduga, Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público e das Empresas Estatais de Santa Catarina, a fim de debater o fortalecimento das empresas agrícolas públicas.

Convidamos para compor a mesa as seguintes autoridades: excelentíssimo senhor Deputado Estadual Serafim Venzon, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; excelentíssimo senhor Deputado Estadual Cesar Valduga, Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público e das Empresas Estatais de Santa Catarina; excelentíssimo senhor Deputado Estadual Neodi Saretta; excelentíssimo Senhor Deputado Estadual José Milton Scheffer; senhor Eduardo Piazera, presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Seagro); senhor Antônio Tiago da Silva, presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (Sintagri); senhor Gilmar Luiz Espanhol, coordenador estadual do Sindicato das Empresas de Perícia, Assessoramento, Pesquisa e Informação de Santa Catarina (Sindaspi); senhor José Clóvis Moreira, conselheiro do Conselho de Administração da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). (*Palmas.*)

Neste momento registramos a presença das seguintes autoridades: senhor Marcel Salomão, assessor parlamentar, neste ato representando o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch; senhor Silvio Walter, assessor jurídico do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina; senhor Carlos Alberto Bastos Abraham, vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Santa Catarina (Senge/SC); senhor José Carlos Coutinho, presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais de Santa

Catarina (Sintec/SC); senhora Ana Maria Netto da Silva, presidente do Sindicato dos Profissionais de Secretariado do Estado de Santa Catarina (Sinsesc/SC).

Convido o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Serafim Venzon para condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon) – Bom dia.

(*Cumprimenta os membros da mesa e demais presentes.*)

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público promoveu esta audiência por conta de um requerimento feito pelo Deputado Cesar Valduga e pelo Deputado Dirceu Dresch. O Deputado Dirceu não pode estar aqui conosco hoje por ter outro compromisso muito importante e intransferível em Porto Alegre. Ele pede escusas pela sua ausência, mas todos nós, especialmente o Deputado Cesar Valduga, representamos bem os seus anseios.

Quero enfatizar a importância desta audiência, pois este é o momento em que nós não só recordamos a história, mas nos informamos sobre o que foi feito de diferente em Santa Catarina, um Estado relativamente pequeno, mas que participa com uma grande fração da economia nacional, tendo como grande destaque a socialização da economia.

O nosso desenvolvimento agrícola, principalmente com a nossa agricultura familiar, ao longo da história de Santa Catarina é devido, justamente, a essa participação das empresas como a Epagri, a Cidasc, enfim, esse desenvolvimento não aconteceu por acaso. Mas não podemos ficar apenas com essa parte histórica, nós precisamos nos reinventar, nós precisamos saber nos readequar a cada momento por que passamos.

E tal como é de conhecimento de todos vocês, os investimentos atuais que o governo destina para a tecnologia e para os funcionários dessas empresas são um valor muito pequeno. Enquanto cerca de 28%, 30% de toda a economia de Santa Catarina se deve à agricultura, o percentual que o Estado investe na agricultura é, ao contrário dos lucros gerados por esse setor, um valor muito pequeno. Por isso eu quero apoiar esse movimento, tal como o Deputado Dirceu Dresch e como todos os Deputados que estão aqui.

Passo a coordenação dos trabalhos ao Deputado Cesar Valduga, que é um dos proponentes desta audiência, e, ao final, vamos tomar as proposições e encaminhá-las através da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Um bom-dia a todos vocês, muitos saíram de suas cidades de madrugada e estão todos aqui irmanados e irmanadas para esta importante audiência pública. Obrigado pela presença de todos e todas vocês neste momento de expectativa em que se busca encaminhamentos para que esta audiência seja produtiva.

E por isso enfatizo a importância do Presidente da nossa Comissão do Trabalho, Deputado Serafim Venzon, nesta audiência, a quem agradecemos pela abertura dos trabalhos e por já ter se posicionado a favor das empresas públicas, dos serviços públicos, assim como dos trabalhadores das empresas públicas agrícolas do nosso Estado de Santa Catarina.

(*Cumprimenta os outros membros da mesa e demais presentes.*)

Agradeço ao Presidente que me passou a condução dos trabalhos desta manhã para falarmos sobre as empresas públicas agrícolas do nosso Estado.

Vivemos um momento de degradação e de entreguismos do patrimônio público, senhores.

(*Passa a ler.*)

"Santa Catarina é um Estado que se destaca no cenário nacional pela produção agrícola e pela qualidade de seus produtos, e isso é fruto de uma opção que o Estado

fez, de investir em pesquisa, extensão e suporte técnico para os produtores. Tudo isso por meio do fortalecimento das empresas públicas. Os resultados positivos são frutos dessa política e a manutenção do bom desempenho de nossa agricultura depende da continuidade dessa política.

Nesta manhã, todos vocês, servidores e servidoras de nossas empresas públicas da agricultura catarinense, se unem para tentar barrar os efeitos nocivos dos retrocessos que vem assolando o País nos últimos dois anos.

O Estado brasileiro demonstrou que prefere cortar investimentos em pesquisa, tecnologia e suporte para o desenvolvimento do País e reservar esse dinheiro para garantir o pagamento de juros de especulador internacional.

Os efeitos dessa política antinacional, antidesenvolvimentista e entreguista também são sentidos nos Estados que foram praticamente obrigados a oferecer setores essenciais de suporte ao desenvolvimento, como garantia do rearranjo da dívida com a União.

O movimento que hoje é feito em nosso Estado, por todos e por todas vocês, é um movimento em defesa da política de desenvolvimento catarinense." É isso temos que esclarecer, é essa a nossa vontade, é esse o sentimento público e é isso que nós precisamos socializar com toda a nossa população catarinense, em especial com os nossos governantes, os nossos órgãos do Estado de Santa Catarina.

(*Continua lendo*.)

"Engana-se quem olha para esse movimento como algo que visa apenas a questão trabalhista, pois este é um movimento do mais puro amor por Santa Catarina, de respeito aos instrumentos que fazem nossa agricultura ser o que é, reconhecida em todo o mundo."

Santa Catarina é uma referência em produção animal e em tantas coisas. Olhem nossa bacia leiteira, a quarta maior do País. Estamos vivendo também uma decadência que precisamos, sim, debater aqui. Inclusive em uma audiência pública que fizemos há poucos dias, teve como encaminhamento a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Bacia Catarinense.

Deputado Saretta, Deputado Milton Scheffer. (*Lendo.*) "Quero então, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Empresas e Serviços Públicos, reafirmar nosso compromisso com o fortalecimento da Epagri, da Cidasc e da Ceasa, além de todas as demais empresas públicas do nosso Estado.

Compreendo o essencial papel de cada empresa no desenvolvimento econômico e social catarinense e bem sabemos os motivos daqueles que querem enfraquecer essas estruturas, pois sabemos bem claramente a quem interessa enfraquecer essas estruturas.

O momento é de lutarmos de forma unificada, aqui, com as empresas públicas da agricultura, mas também com as demais empresas públicas que seguem sob ataque."

Muitas empresas públicas seguem sob ataque. Semana passada nós tivemos uma audiência pública, tratando sobre o setor energético, essa decadência e esse entreguismo que atacam diretamente a soberania nacional dessas empresas que são estratégicas, principalmente sob a ótica do desenvolvimento econômico do nosso país.

(*Lendo.*)

"Se não nos unirmos na defesa de todas as empresas públicas e serviços públicos, infelizmente, estaremos fadados a vê-las cair, uma por uma, sob a artilharia do mercado internacional, desse governo cruel e antinacionalista e dos especuladores.

Esse movimento, de Comando Unificado dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura, é um exemplo forte de que precisamos unir forças e atuar em conjunto."

Documento taquigrafado e transcrito pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões.

Precisamos ser a voz daqueles que não têm voz e é um momento em que precisamos de muita energia e muita sabedoria para buscarmos as forças, tal como vocês fizeram através do Sindaspi, do Senge/SC (Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina), do Sintagri (Sindicato dos Técnicos Agrícolas em Santa Catarina), do Saesc (Sindicato dos Administradores de Santa Catarina), do Seagro (Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina), do Sindvet (Sindicato da Indústria do Vestuário da Grande Florianópolis), do Sinsesc (Sindicato das Secretárias e Secretários de Santa Catarina), do Sindiquímica (Sindicato dos Químicos de Santa Catarina), do Sindizoot (Sindicatos dos Zootecnistas do Estado de Santa Catarina), do Sindecom (Sindicato dos Empregados do Comércio), do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores da Educação) e outras entidades, pois, com certeza, vamos nos irmanar nas mesmas trincheiras em defesa da soberania nacional, nas mesmas trincheiras em defesa da estratégia do nosso país.

Nós não podemos, de forma nenhuma, voltar a ser colônia do capital internacional, nós não podemos retroagir de forma a nos entregarmos novamente ao Fundo Monetário Internacional e ao capital internacional.

Dito isso, queremos aqui, mais uma vez, enquanto Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público e Contra a Privatização das Empresas Estatais de Santa Catarina, somar esforços para que sejamos mais um instrumento, entre tantos outros instrumentos, Zé Milton; para que busquemos fortalecer os serviços públicos, os concursos públicos, a valorização profissional econômica e as condições de trabalho; para que realmente nós possamos ofertar o que é estratégico, principalmente num momento em que precisamos buscar a iniciação científica, Fábio, buscar a ciência e sermos competitivos no mercado e no mercado internacional. Inclusive, amanhã, estaremos lá em Capinzal, fazendo uma audiência pública, diante dos embargos econômicos, com interesses internacionais por de trás de tudo isso.

É momento de mostrarmos que nós somos nacionalistas, que nós somos brasileiros e precisamos aqui juntar todas as forças, dos quarenta Deputados Estaduais de Santa Catarina, dos Deputados Federais e dos Senadores; é o momento de juntarmos as forças das entidades que estão aqui.

Por isso, parabéns por vocês estarem aqui, para que possamos somar nas mesmas trincheiras em defesa das empresas públicas agrícolas do nosso Estado de Santa Catarina.

Declaro aberta a presente audiência pública e passo a palavra para o senhor Deputado Estadual José Milton Scheffer. Muito obrigado. (*Palmas.*) [*Revisora: Cláudia Fernandes de Souza*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – Bom dia a todos.

(*Cumprimenta os membros da mesa e demais presentes.*)

Ontem à noite, estávamos lá em Joinville no Congresso Nacional de Apicultura, de onde também vieram vários colegas para esta audiência. Alguns não puderam estar aqui hoje, mas estão sintonizados na importância desta audiência pública que teremos hoje do Comando Unificado dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura. Fica muito mais fácil trabalhar quando a gente se une numa única proposta, num único encaminhamento.

Por isso, parabéns, por essa união. Esse já é um avanço e acho que é o caminho para vencermos os entraves, as ameaças que vive o serviço público, não só em Santa Catarina, mas a nível nacional. A maneira de unir forças contra as ameaças que sofre o serviço público é através do somatório de todos os movimentos numa única direção. É notório que nos últimos quatro anos o serviço público passou por uma série de ameaças

e, às vezes, é apontado como culpado de coisas que nem passaram perto do serviço público. Muito pelo contrário. É o caso nosso, aqui, hoje, das empresas públicas ligadas à agricultura.

Quando o Governador do Estado, seja ele quem for, de que partido for, dos últimos dez anos, doze anos, quer falar bem de Santa Catarina, quer falar alguma coisa que dê orgulho, que seja referência, ele fala da agricultura, dos números da agricultura, do agronegócio catarinense, da agricultura familiar. Pode observar que os últimos três, quatro governadores que passaram sempre citaram a agricultura. Recentemente, hoje ainda, ouvi o Governador falando orgulhosamente que Santa Catarina está exportando pela primeira vez 30 mil toneladas de arroz em casca para outros países. Então, é sempre a agricultura; só que na hora de reconhecer quem faz isso porteira adentro, aí não aparece o Governador, indiferentemente de partido, do meu partido e dos demais 35 partidos que existem aí.

Então, tem alguma coisa errada, porque eu estou aqui há 7 anos como Deputado e vi diversas carreiras, principalmente da área jurídica dobrarem e triplicarem os seus salários. Mas cada vez que a gente olha para o lado da agricultura, para receber 1,7% é um sacrifício, é uma amarra, é uma manha! A gente vê a força do nosso movimento sindical articulando aqui dentro da Assembleia, dentro do governo, cercando e, às vezes, nós observamos outras carreiras sendo supervalorizadas nesses 7 anos. Nada contra isso, nada contra o ganho que essas outras tiveram e nós aqui também votamos a favor deles. Mas, quando a gente volta na Secretaria da Fazenda, como eu estive dias atrás a pedido do Seagro, do Sintagri e do Sindaspi, conversando com o outro Secretário, o Lacerda, que lá estava, mostrando para ele os nossos números da agricultura, o custo das nossas empresas, e o que nós fizemos; falando para ele que a melhor política social que qualquer governo pode ter é criar oportunidade para a população. E é isto que nós fizemos na Cidasc, na Ceasa e na Epagri: criar oportunidades para que a agricultura familiar possa ser a potência que ela é aqui em Santa Catarina. Essa é a melhor política e o governo não consegue visualizar.

Nós temos alguma coisa, Piazera, pois nós não conseguimos encontrar ainda o caminho para sermos reconhecidos. Outro dia fiz aqui algumas manifestações. A Secretaria de Estado da Agricultura tem nove funcionários efetivos e, aí, tu vês o governo viajando o mundo falando da agricultura e aqui no quintal, dentro de casa, não mostra esse reconhecimento. Então, nós temos que aprender juntos, mas a gente está fazendo um caminho que nós não conseguimos sermos reconhecidos efetivamente naquilo que nós precisamos ser reconhecidos.

E aí nós temos que chamar atenção. Eu acho que a união que está tendo agora do movimento sindical, a participação de vocês hoje aqui e esse acordo coletivo demonstram isso. Até ontem não queriam nem reconhecer as causas sociais, agora já reconheceram. E, agora, nós temos que partir para a luta de fato para mostrarmos o nosso valor para a sociedade catarinense.

Não foi nenhum funcionário ligado às nossas empresas que inchou o governo, não foi! Não fomos nós que criamos cinquenta e poucas secretarias regionais, estruturas, muitas das quais não mostram o que querem; se tem que enxugar, que se enxugue em outro local, pois não é o nosso 1,69% que vai impactar a folha do governo do Estado.

Eu mostrei para o Secretário da Fazenda que nós vamos economizar com o PDV, que está sendo concluído, a partir dos próximos meses, R$ 2 milhões por mês, e que o impacto desse 1,69% não é nada na folha de pagamento. Ou seja, nós fizemos a nossa parte no trabalho, estamos fazendo gestão na economia e, ao mesmo tempo, temos que pagar uma conta que nós não criamos.

Por isso, o movimento que está sendo feito hoje é justo, é legítimo, e nós temos que obter o reconhecimento do Governador do Estado. Ele está aqui há oito meses, conhece as nossas empresas, porque ele já foi Vice-Governador durante três mandatos, doze anos dos últimos dezesseis anos ele foi Vice-Governador. Ele fala das empresas com conhecimento e agora nós temos que ter força política, sindical e união para vencermos essa parada. Nós não podemos aceitar nenhum centavo a menos do que a reposição da inflação do INPC nas causas sociais e também no nosso salário. (*Palmas*.)

Por isso, fico muito orgulhoso de ver muitos colegas da minha região, de Araranguá, gente que entrou há pouco tempo, gente que está há algum tempo a mais, como a minha colega Júlia e a Leila que estão aqui, com as quais eu trabalhei lá em Araranguá, na Epagri. Alguns aqui não me conhecem, mas eu sou extensionista da Epagri, são 32 anos de Epagri, com muito orgulho. E no meu mandato aqui, as empresas, cada um de vocês é sócio dessa caminhada junto com esses valentes Deputados Estaduais que estão aqui ajudando nessa defesa. Nós temos que congregar forças, unir todos. Mas, hoje, nós temos que ter ações práticas. Para o que vocês deliberarem aqui contem conosco da Comissão de Agricultura, da Frente Parlamentar, contem com os Deputados da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para levar avante, para entrarmos na Secretaria da Fazenda, convencermos também os nossos colegas que estão na Secretaria da Agricultura, que têm sensibilidade com relação a isso, que também fazem parte para nos ajudar a convencer o Governador.

Eu quero propor aqui... no que a Assembleia pode ajudar? Abrindo portas e levando argumentos. Queremos propor uma moção desta audiência para ser aprovada, se der tempo ainda na sessão de hoje, senão na próxima sessão da Assembleia Legislativa, para chamar a atenção do Governador Eduardo Moreira, pedindo a ele da seguinte maneira - se vocês concordarem aqui, se os meus Pares assinarem, está aqui o Deputado Neodi Saretta, o Deputado Cesar Valduga, também vamos pegar a assinatura do Deputado Dirceu Dresch: a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, acolhendo proposição do Deputado José Milton e desses Deputados já citados aqui, apela pela apresentação por parte do governo de uma proposta que valorize os empregados da Epagri, da Cidasc e da Ceasa com reajuste salarial, com cláusulas sociais com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), bem como a garantia do emprego dos trabalhos e a sustentabilidade financeira do seu plano de saúde. (*Palmas*.)

Vamos fazer desse um dos encaminhamentos, além dos demais que vocês tirarão daqui. Queremos, junto com os Deputados que aqui estão, abrir as portas da Assembleia Legislativa e ajudar naquilo que caminha para um entendimento.

Eu quero dizer a vocês, e eu sou da Comissão de Finanças, que a arrecadação do Estado não está caindo. Desde janeiro que os números são positivos. Não é isso que se divulga. O Estado tem que economizar em outros setores. Não é justo que um segmento... a agricultura é responsável por 30% do PIB; a riqueza produzida em Santa Catarina é produzida pela agricultura. E quem leva hoje a nossa agricultura diferenciada, pelo nosso *status* sanitário, pela nossa organização, pelo nosso trabalho, é o conhecimento e a eficiência das empresas de pesquisas, de extensão, de sanidade e da Ceasa que faz um grande trabalho nessa área de comercialização de hortifrutigranjeiros. Nós produzimos 30% do PIB, custamos 2,7% do Orçamento do Estado. É muito pouco. Portanto, tenham segurança e certeza que as reivindicações de vocês aqui são justas e têm que ser atendidas pelo governo do Estado.

Contem conosco nessa caminhada. Parabéns pela participação! Parabéns pela união! Vamos vencer essa luta e outras que vamos ter pela frente. Nós vivemos um momento de insegurança no serviço público; precisamos nos manter alerta durante o

processo político e após o processo político pela sustentabilidade das empresas que o Deputado Cesar Valduga aqui tão bem citou.

E estamos juntos com vocês. A vitória vai ser nossa. Um grande abraço.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Obrigado, Deputado José Milton Scheffer. O importante é o comprometimento dos Deputados e essa vontade, esse sentimento público pela busca por soluções.

Queremos convidar para fazer parte da mesa o Deputado Estadual Valmir Comin e a Deputada Estadual Luciane Carminatti que nos honram com as suas presenças.

De imediato, passo a palavra ao Deputado Estadual Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NEODI SARETTA - Bom dia a todos e a todas.

Vou tentar ser breve, porque também temos sessão ordinária agora. Então é melhor um revezamento aqui da participação da mesa para a gente poder atender os dois compromissos.

(*Cumprimenta as autoridades e demais presentes.*)

Quero dizer que nós temos orgulho do que Santa Catarina faz na agricultura, do que tem e das suas empresas agrícolas, mas, infelizmente, nos últimos anos a gente vê que as empresas agrícolas catarinenses têm sido esvaziadas. E para pegar o último exemplo, eu pego essa "descontratação" que foi feita na Cidasc, uma coisa absurda; os concursados foram chamados, largaram os seus empregos e na hora de assinar o documento, literalmente, não puderam assinar porque foi suspenso. Aliás, isto é um apelo que a gente faz aqui também como fruto desta nossa reunião: que o governo e a Cidasc voltem atrás nessa medida que eu já entendo arbitrária, porque já estava encaminhada para os servidores. É a prova realmente do descaso.

Em outras épocas, nós, as assembleias de entidades, discutíamos sempre a pauta do que íamos ganhar, do que íamos avançar para além do que nós já tínhamos em nossos acordos coletivos; agora, nós estamos com pauta para tentar perder o mínimo possível. Essa pauta de perder INPC, o INPC não se discute, isso aí é automático; nós vamos ter que discutir ganho real. Mas hoje a gente senta para discutir, para conseguir manter minimamente o INPC, um item que nem se discutia em tantas negociações das quais nós participamos. (*Palmas.*)

A questão da reposição inflacionária, do reforço é muito mais do que a reposição para os trabalhadores dessas empresas. É a prova se de fato o Estado quer a empresa forte, fortalecida, voltada para o fortalecimento da agricultura catarinense, especialmente da agricultura familiar.

Então, esses são os nossos desafios e para ser bem objetivo, nos colocamos à disposição. Espero que a gente possa avançar nessa luta, porque é bom para quem trabalha nessas empresas, é bom para vocês servidores, mas é muito melhor ainda para a agricultura catarinense se nós tivermos empresas fortes, empresas com condições de estarem com seus servidores bem mantidos ali no quadro, aumentado se possível, e também motivados para esses grandes desafios que nós temos em Santa Catarina.

Então, vamos firme nessa luta, estamos juntos.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) - Obrigado, Deputado Neodi Saretta.

Gostaríamos de também convidar para fazer parte da mesa o Deputado Federal Osvaldo Mafra. Seja bem-vindo, Osvaldo. (*Palmas.*)

Convido para fazer uso da palavra o senhor Gilmar Luiz Espanhol, coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina (Sindaspi).

O SR. GILMAR LUIZ ESPANHOL - Bom dia a todos e a todas.

Fizeram uma boa viagem, companheirada? Show de bola, sejam bem-vindos. [*Taquígrafa-Revisora: Maria Aparecida Orsi*] Teve gente que saiu ontem, né? Estão na estrada desde ontem. Esse é o indicativo de que nós não estamos aqui para brincadeira. Estamos para buscar não só o fortalecimento das empresas em termos de estrutura, mas também em termos de recursos humanos! Os nossos companheiros e companheiras que trabalham das empresas públicas da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca sabem do que eu estou falando, porque sentem isso no dia a dia; sentem a partir do momento que chegam no local de trabalho, através da sua estrutura de trabalho, através da sua estrutura de pessoal, através da sua estrutura de locomoção dentro dos locais de trabalho.

A gente não pode, de forma alguma, aceitar esta posição intransigente do governo do Estado, no sentido de fazer com que as empresas sejam sucateadas literalmente. Estamos sucateando a nossa Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (Ater/SC); a pesquisa de base e a pesquisa de ponta de Santa Catarina; a questão sanitária do Estado, em função das barreiras sanitárias e do aporte dos nossos técnicos, que acompanham os problemas sanitários nas propriedades dos agricultores. Estamos sucateando o processo na Ceasa, que é onde cai todo o alimento do Estado. Nossos controladores de mercado estão ficando cada vez mais embretados, literalmente, por uma associação dentro da Ceasa. Fazendo com que esse trabalho seja literalmente privatizado, fazendo com que a segurança alimentar do nosso Estado, todo o alimento que chega à mesa do nosso consumidor, de nós mesmos, acabem perdendo essa segurança alimentar.

O atual Governador, sobre a questão sanitária dos Estados vizinhos, declarou há dois dias que as barreiras sanitárias e os postos de trabalho em curto prazo vão deixar de existir, pelo fato de que o Estado do Paraná e o Estado do Rio Grande do Sul são livres da febre aftosa, mas com vacinação. Vejam onde está o olhar dos nossos governantes hoje!

Em plena negociação a gente ouviu do Secretário da Agricultura - nós colocamos uma cláusula barrando toda a terceirização e o trabalho intermitente - de que: "Não, essa cláusula não vai passar! É não direto." Por quê? Porque eles têm a intenção de terceirizar e a terceirização vai acontecer nos serviços de base, de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural lá na ponta da corda. Quem vai acabar sendo prejudicado com todo esse aparato? No primeiro momento, obviamente, são os servidores públicos e depois a agricultura familiar, como o Scheffer falou muito bem.

A agricultura familiar é responsável por 70% do alimento que chega à nossa mesa. Como a gente já falou em depoimento aqui na Alesc uns dias atrás, o produtor da agricultura familiar não pode sofrer esse descaso que nós estamos sofrendo, porque ele está descapitalizado, não está acessando valores que acessava tempos atrás. O produtor da agricultura familiar está com dificuldade em manter a produção, a produtividade e por consequência o alimento acaba se tornando mais caro. Ou seja, há a ausência de um técnico na extensão rural, lá na ponta, a ausência de um pesquisador, a ausência de recursos para que isso se caminhe em tempos positivos. A gente não tem mais esperança, não tem mais perspectiva em curto prazo para que isso aconteça. Trinta por cento do PIB catarinense é da agricultura. Qual Estado que mata a galinha dos ovos de ouro? Como o Dirceu Dresch falou na sessão que nós estávamos aqui, é a galinha dos

Documento taquigrafado e transcrito pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões.

ovos de ouro! Vejam que 30% do PIB e 2,7% de recursos para nós e para o setor de agricultura, de um modo geral, são totalmente incompatíveis com a realidade.

Nós não podemos aceitar de forma alguma esse sucateamento! As relações de trabalho que estão se colocando via acordo coletivo estão retrocedendo. É moda depois da reforma trabalhista - digo, da "deforma" trabalhista - essa precarização na relação de trabalho que existe entre os trabalhadores e o empregador. Nós temos cláusulas ali que fazem com que a gente perca totalmente a nossa independência enquanto técnicos, apoiadores, pesquisadores, trabalhadores da Ceasa, da Cidasc. Isso não é de agora! Intensificou este ano, cada vez mais, por causa da reforma trabalhista, mas não é de agora!

Nós podemos falar do ex-Governador, Raimundo Colombo, que ficou 8 anos precarizando essa relação de trabalho, fazendo com que a gente perdesse salário atrás de salário. Depois entra o Eduardo Pinho Moreira, que foi Vice-Governador dele esse tempo todo, dizendo que o Estado está quebrado. E não é isso! Acabaram de falar aqui que o estado das finanças está bem. Então para onde que nós vamos caminhar?

Se a nossa categoria não tiver união e não souber de que lado está, nós vamos perder esta guerra, porque é uma guerra! E é uma guerra desigual! Ontem nós tivemos um comunicado do Secretário da Agricultura e a proposta que ele entregou era aquela lá. Não teve melhora na proposta, né, Piazera, Tiago. Não teve melhora nenhuma! "É essa que vocês vão discutir!" Que negociação é essa? Nós fizemos sete reuniões para somente na sétima a gente receber a proposta. Estão aqui os agrônomos que fizeram a assembleia no ano passado e depois saíram com a proposta, né, Piazera. Vocês entregaram... Foi o primeiro sindicato a entregar as propostas. Eles não tiveram nem a coragem de dizer "a" ou "b", da proposta deles, para o Seagro. Ficaram com isso embaixo do braço esse tempo todo nos cozinhando, literalmente, usando a tática de jogar os sindicatos um contra o outro. Felizmente, nós tivemos a situação do comando e estamos tendo uma linha de pensamento único. Óbvio que nós temos as nossas discordâncias, mas chegou o momento que nós estamos juntos no mesmo barco.

Então companheiras e companheiros, é nossa tarefa de casa pegar na orelha de cada um que não veio e dizer: "Você faltou lá. A tua presença era importante!" Apesar desse povo que aqui está e que viajou esse tempo todo, nós podemos, sim, ser mais fortes ainda! Nós temos o poder na mão! Nós podemos parar! Tinha uma faixa lá no final: "INPC ou greve!" Hoje nós vamos tirar como edital de greve, na Assembleia. Agora, se a gente tirar esse indicativo, não adianta uma categoria parar e a outra não.

Como proposta de encaminhamento, também, nós devemos continuar as reuniões do grupo de fortalecimento das empresas aqui dentro da Assembleia Legislativa, devemos continuar nos reunindo e tirando indicativos desse grupo de trabalho. O Marcel é o coordenador do nosso grupo e está aqui presente. Então nós temos que utilizar esta Casa como caixa de eco das nossas reivindicações.

Não podemos de forma alguma fazer com que esta Casa fique sem as informações. Precisamos trazer as informações, para que eles multipliquem essa nossa indignação, para que os Deputados e as Deputadas aqui presentes - agradeço todo o esforço dos Deputados que estão aqui hoje – digam: "Olha aqui Governador, os trabalhadores da agricultura têm que ser valorizados, sim! Porque são eles que garantem todo o discurso internacional na questão da agricultura, segundo o qual Santa Catarina está muito bem, obrigado." Porém, quando nós voltamos para a ponta da corda, a gente vê o quanto a gente sofre de pressão, o quanto a gente sofre dos nossos gestores em função desses indicativos que vêm de cima para baixo e fazem com que a gente acabe perdendo toda a vontade de trabalhar. Você sai para trabalhar e diz: "Poxa, eu não fui reconhecido, não fui valorizado, por este governo que diz e dizia tanto, como *slogan* de

campanha que as pessoas devem estar em primeiro lugar.” Não é? Faziam tanto... E nós estamos em último lugar pelo que estamos vendo.

Não podemos aceitar esse tipo de posição! É só por meio das manifestações que o governo vai escutar a gente. Companheiros e companheiras, não vamos amolecer! Vamos continuar essa luta, que eu acho que só está no começo. Como disseram para nós: “Eu vim aqui negociar com vocês.” Não! Ficamos seis reuniões ouvindo conversa. Não podemos aceitar esse tipo de posição do Secretário da Agricultura e do governo do Estado que querem fazer com que a nossa categoria fique em segundo plano.

A nossa força é que vai demonstrar para este governo o que nós podemos fazer. Mais uma vez eu quero apelar para que o grupo de trabalho continue as reuniões e que os companheiros que fazem parte dos sindicatos venham fazer parte dessas reuniões, para nós engrossarmos o couro, engrossarmos as demandas para dentro desta Casa e para fora. A gente pode, sim, mostrar a nossa força se a gente quiser, e se o governo não enxergar isso, ele vai continuar no lugarzinho dele sossegado.

Obrigado e vamos em frente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Quero convidar vocês para uma audiência pública dia 23 de maio, às 9 horas, nesta Casa, para que possamos debater a democratização da mídia com as rádios comunitárias do Estado de Santa Catarina.

Quero registrar a presença do senhor diretor de Comunicação da Associação Catarinense de Rádios Comunitárias (Acracom) e assessor jurídico do Sindaspi/SC, João Carlos Santin, que está coordenando esse trabalho da mídia; do senhor Ivan Luiz Zilli Bacic, membro do Conselho Administrativo da Diretoria Executiva da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e representante dos trabalhadores na Cidasc; da senhora Joelma, de Monte Carlo; e do Léo, da Geagro.

Passo a palavra para a Deputada Estadual Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Bom dia.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes*)

Quero falar da importância dessa organização que vocês estão fazendo e dos grandes desafios que nós temos, pois não são poucos. Quero retomar o debate, que a gente precisa sempre mencionar, da necessidade da revogação da Emenda Constitucional nº 95. A gente precisa pautar isso. Em 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95 que congela os investimentos em todo o setor primário deste país por 20 anos, só não congela grana para banqueiro, porque são uns coitadinhos que precisam da ajuda do Estado brasileiro e é o único setor que não tem limite de recursos públicos, portanto o setor financeiro tem aberto o caixa. E o setor primário que inclui empresas públicas, agricultura, saneamento, moradia, habitação, educação, saúde e todas as outras áreas precisam discutir, porque senão a gente discute migalhas, e não o grosso do Orçamento público.

Então primeiro, eu gostaria de recolocar o debate da Emenda Constitucional nº 95. Veio para Santa Catarina quando foi aprovado, também nesta Casa, o congelamento por 2 anos, que podem virar 20 anos. Aliás, os 20 anos de atraso estão virando 2 anos no lema do Temer. Vocês não temam, se na eleição de outubro, o próximo Governador também emendar esses 2 anos.

A segunda preocupação que a gente tem que ter é que nós, Deputados, percebemos que o Estado de Santa Catarina não segue critérios técnicos e de razoabilidade quando discute, por exemplo, a nomeação do concurso público. A gente tem informações que conforme a região de quem comanda algumas empresas tem mais chamamento e outras menos. Que critério é esse? (*Palmas.*)

Nós precisamos discutir os critérios técnicos. O cidadão lá do interior do Estado tem o mesmo direito que o do sul, ou do planalto serrano, se assim os indicadores colocarem. Não é porque eu sou do oeste que tem que ter mais gente no oeste, é porque os indicadores dizem que nós temos menos profissionais e precisa de atendimento. Isso é uma coisa que precisamos combater.

O que também nos preocupa muito é que nós temos um Orçamento em Santa Catarina muito fatiado. Vou dar um exemplo pra vocês do que está acontecendo nesta Casa. Nós temos dois projetos de lei tramitando, um do Ministério Público e outro do Tribunal de Justiça. Um deles cria quatrocentos cargos de confiança para o Tribunal de Justiça. Imaginem o que está por traz disso! Quer dizer, a Constituição de 1988, que fala em concurso público... Então o Tribunal está enterrando, colocando na lata do lixo? A Epagri, o Seagro e a Cidasc vão tudo por terra, porque hoje os órgãos controladores e fiscalizadores dizem que é melhor ter comissionados do que efetivos, quando apresenta um projeto desta natureza. Nós precisamos cuidar disso. Tem critérios diferenciados para os diferentes Poderes.

Outra coisa que angustia muito a gente? Vocês sabem quanto é o vale alimentação dos servidores aqui da Assembleia? R$ 1.426,92 (*vaias.*) Eu não tenho nada contra nenhum servidor, mas vamos igualar esse negócio? Pra fazer justiça? (*Palmas.*)

Então, Gilmar, o que eu queria dizer para os membros da mesa é que enquanto a gente tiver um Estado que tem um plano de cargos e carreiras como se fosse uma república à parte para uns, lembrando que o dinheiro público catarinense é de todos, pois sai dos impostos, dos tributos dos catarinenses; enquanto a gente tiver essa dicotomia, a gente não avança, do ponto de vista de uma construção de empresas públicas sólidas e um Estado melhor, mais justo, mais igual entre os servidores.

Queria fazer essas considerações e dizer que o grande desafio nessa esteira toda, é a gente não se enxergar melhor do que ninguém; devemos nos enxergar como servidor público com direitos a remunerações justas e equitativas. Esse tem que ser o debate que devemos fazer.

Segunda questão, eu fico muito preocupada quando a gente vê crescer os PDIs e nós estamos perdendo doutores, profissionais qualificados, pesquisadores. Falo isso, porque tivemos uma audiência para tratar do Cepaf, Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar, em Chapecó, que está sendo esquecido, ignorado, como se não fosse extremamente importante. Inclusive, para construir outras linhas de geração de renda para os nossos agricultores e de produção de alimentos saudáveis. Vejo a Cepaf como uma estratégica para o desenvolvimento da agricultura familiar. Mas estamos perdendo doutores, pesquisadores que estão sendo substituídos, em menor número, por terceirizados. Fiquei muito feliz que os agricultores e as suas organizações também participaram da audiência que teve lá.

Acho que essa luta de vocês tem que estar casada com quem é atingido, pois quando eu visito um agricultor e ele fala bem do trabalho da Epagri, eu fico muito feliz, porque ele é um aliado, mas esse agricultor precisa ser chamado para entender o que está acontecendo, senão fica (*palmas*)... [*Estagiária - Revisora: Bruna Maria Scalco*] [*Taquígrafa-Leiturista: Sibelli D'Agostini*] Eu sou professora e uma coisa eu sempre digo aos professores: a luta do Magistério não pode ser uma luta do professor, ela tem que ser uma luta pela educação, porque senão vira corporativismo. A gente precisa colocar esse debate aberto na sociedade para ganharmos espaço.

Eu já esgotei o meu tempo, apesar de ter mais coisas para falar, mas quero dizer que nós precisamos ter mais profissionais concursados. E aqui também tem a luta para ter mais zootecnistas, porque não tem e eu acho isso um absurdo, pois são profissionais

que, assim como o médico veterinário, compõem todas essas equipes. Nós precisamos enxergar isso.

Então quero parabenizar a todos e dizer que estamos juntos na luta pela soberania do nosso país, para termos serviço público de qualidade, com servidor público concursado e valorizado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Obrigado, Deputada Luciane Carminatti. Que bom, são muitas contribuições e isso vai fortalecendo a nossa audiência pública.

Com a palavra o diretor-presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Seagro/SC), Eduardo Medeiros Piazera.

O SR. EDUARDO MEDEIROS PIAZERA - Bom dia a todas e a todos. (*Saúda os componentes da mesa e os demais presentes.*) Em especial, saúdo o Deputado José Milton Scheffer, que além de tudo é um epagriano e um dos Deputados que sempre tem aberto as portas para nós aqui na Assembleia Legislativa. É muito importante o apoio e o auxílio que ele tem nos dado, inclusive colocando o seu gabinete a nossa disposição. E saúdo também especialmente os meus colegas sindicalistas Gilmar e Tiago, que aqui estão representando os sindicatos, e o Moreira que é o conselheiro da Epagri eleito pelos funcionários.

Eu gostaria de abraçar cada um de vocês pelo esforço que fizeram para estar hoje aqui nesta audiência pública. Esse esforço é fundamental para que a gente busque não só avançar no acordo coletivo de trabalho, mas também fortalecer as empresas públicas agrícolas. Na história dessas empresas, da Epagri, da Cidasc e da Ceasa, tivemos momentos cruciais nos quais foram os trabalhadores, através de mobilizações fortes e intensas, que seguraram projetos que previam a sua extinção. É muito importante ressaltar isso aqui, porque tem muita gente nova que não conhece a história e, às vezes, fica difícil mesmo conhecer o que aconteceu para trás, mas houve momentos em que os trabalhadores levantaram as suas bandeiras em defesa das empresas. Não quero citar aqui este ou aquele Governador, este ou aquele partido, mas nós já tivemos momentos muito difíceis.

Pessoal, quando a gente fala que esta audiência busca discutir o fortalecimento das empresas públicas, quando a gente fala em fortalecer a Epagri, a Cidasc e a Ceasa, estamos falando em fortalecer os empregados dessas empresas. Por quê? Porque essas empresas – e aqui eu gostaria de fazer uma menção mais específica à Epagri, que eu conheço mais, porque sou seu extensionista – apresentam um diferencial importante com relação a outras instituições do Estado; essas empresas não dependem de equipamentos para funcionar, elas funcionam fundamentalmente com a força, com o vigor, com a criatividade dos empregados (*palmas*). Isso é fundamental ressaltar.

A gente sabe que outras empresas também precisam de uma base física e de logística, como é o caso da Celesc, que sem as máquinas para colocar postes, para esticar fios, pode ter problemas para funcionar, e assim é com a Casan também e outras. Com a Epagri não. Se o funcionário, no limite, não tiver nenhuma mesa para trabalhar, ele pode continuar fazendo a extensão rural, porque a extensão rural é feita pela pessoa, para além de tudo. Então, quando falamos em fortalecer essas empresas, temos que lembrar em fortalecer os funcionários.

Nesse aspecto, pessoal, eu gostaria de ressaltar que a gente está brigando pela reposição de 1,69% de nossos acordos coletivos. Isso significa, no cômputo geral da folha de pagamento do Estado, um impacto de menos de 0,05%, que vai alterar a segunda casa decimal para além da vírgula, e o governo sequer senta para discutir, ele não apresenta uma proposta que possa viabilizar, através da negociação, essa reposição

em algum momento. Foram sete rodadas de negociação sem nenhuma proposta. Nós não aceitamos isso!

Lembro aquilo que o Deputado José Milton falou há pouco, que a reposição dessa inflação representa menos da metade da economia gerada pela Epagri e pela Cidasc através de seus Planos de Demissão Voluntária. Nem isso o governo coloca na mesa! Ele fala que a folha de pagamento do Estado tem crescido além da inflação, mas com a Epagri, com a Cidasc e com a Ceasa não! Nós temos hoje uma folha menor e somos tratados com mais descaso. Os colegas dos sindicatos que trabalham os acordos coletivos da Casan estão aqui e podem falar. Na Casan sequer se discute a possibilidade da não reposição do INPC. O que é isso? Nós somos funcionários de segunda categoria dentro do Estado?

Eu já falei isso numa audiência do TRT e foi para a ata: algum Governador um dia escreveu uma resolução dizendo que essas empresas estão sob o guarda-chuva do CPF e, por isso, não podem negociar as suas reposições. Saiu da cabeça de alguém e agora isso virou verdade absoluta?! Nós não podemos aceitar isso, pessoal! Nós somos funcionários públicos como todos os outros deste Estado.

Então, pessoal, como está terminando o meu tempo, o Deputado Valduga já está dando um sinal e ele tem razão, eu gostaria de conclamar todos vocês a levar essa informação para o interior do Estado. Nós temos que ter dignidade de tratamento no nosso acordo coletivo de trabalho e também discutir com a sociedade o fortalecimento dessas empresas. Eu deixo aqui como proposição a realização de audiências públicas por todo o Estado, e se não for possível a realização de audiência por algum entrave burocrático aqui dentro, que realizemos seminários para discutir o papel dessas empresas, porque tem coisas acontecendo aí com as quais a gente não concorda e ninguém está sendo ouvido. Vamos ouvir os funcionários e a sociedade, vamos tirar propostas e apresentar aqui nesta Casa para fortalecer as empresas.

Eu recebi a informação agora, e daí eu estou terminando a minha manifestação, Deputado Valduga, que está na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado para 2018, na LDO do Estado deste ano, renúncia fiscal de R$ 5,8 bilhões, o que vai impactar diretamente no Orçamento, e quando impacta o Orçamento, impacta a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como é isso? Eles decidem que vão dar renúncia e decidem também não repor a nossa inflação? Não dá para aceitar isso! Eu, aqui representando os trabalhadores, afirmo que nós vamos lutar até o fim, não aceitamos esse tipo de tratamento. Contamos com todos vocês, pessoal, vamos em frente, vamos à luta, pois juntos somos mais fortes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Obrigado, Piazera, uma bela de uma contribuição.

Agora eu passo a palavra ao nosso Deputado Estadual Valmir Comin. Ficamos muito contentes com a sua participação, porque sempre que se trata de fazer a defesa das empresas públicas vossa excelência, Deputado Comin, tem sido parceiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN - Bom dia, gente. Teve gente que veio de muito longe, não é, de São Miguel do Oeste, essa é a grande verdade.

Saúdo o Valduga, que preside a Frente Parlamentar Catarinense em Defesa das Empresas Públicas, saúdo também o Dirceu e o Venzon, proponentes desta audiência pública, e quero dizer da minha satisfação e honra em fazer parte desta Comissão, Valduga. Saúdo todos os demais integrantes da mesa, de maneira especial e efusiva os funcionários da Epagri, da Cidasc e da Ceasa, especificamente os agrônomos, os técnicos agrícolas, os funcionários da administração, os funcionários do apoio à

pesquisa, ao desenvolvimento e à extensão, os barreiristas sanitários, os controladores do mercado da Ceasa e os veterinários.

Eu venho de uma família de doze filhos, dentre os quais dez homens e duas mulheres, e o meu irmão primogênito é engenheiro agrônomo, do tempo da Acaresc, e o meu chefe de gabinete, que é o Carlos Lazzaretti, é cidasquiano há 33 anos e veio à disposição da nossa Casa e hoje nos representa e nos orienta. Isso mostra o apreço, o carinho e o respeito que temos por esse setor. E eu presenciei vários momentos nos quais meu pai recebia o extensionista, um epagriano, um cidasquiano. Naquela simples abordagem, com toda a insegurança, meu pai olhava nos olhos daquele extensionista e via uma expectativa de esperança. Quando o vivente chegava lá e dizia: querido, eu vim aqui para traduzir na essência, na tua linguagem, o conhecimento que eu adquiri; eu vim aqui para traduzir na essência e te trazer segurança jurídica ao teu empreendimento, ao teu pequeno, micronegócio. E há uma inversão de valores nesse processo.

Eu sempre fui de uma conversa muito reta, sabe, Valduga, e muito objetiva, sem demagogia. Eu lembro quando adentrei a este Parlamento aquecido pelas urnas que tínhamos, sim, em 1999 ainda uma Cidasc, uma Epagri e uma Ceasa fortalecidas e a arrecadação era de 167... Eu sou bom em gravar números, modéstia à parte, mas a arrecadação era de R$ 167 milhões; tínhamos R$ 1,612 bilhão de dívidas e três folhas de pagamento em atraso. Agora a Fazenda fechou, mês passado, pasmem os senhores, com R$ 2,4 bilhões de arrecadação. Tem uma escala exponencial nesse processo.

Eu tenho dito que programa e direito nenhum se sustenta se não dermos atenção para o setor produtivo. E vocês são a prevenção desse processo, vocês são a mola propulsora que leva a capacidade de relacionamento e de conhecimento para que o setor produtivo possa se enaltecer e chegar aonde nós chegamos, num Estado diferenciado dos demais da Federação. Quando eu vejo um tecnocrata atrás de uma escrivaninha na Fazenda, ou na PGE, ou na Administração, que tem os maiores salários deste Estado, eu digo: “Poxa, gente, está havendo uma inversão de valores, não que eles não mereçam, mas a Fazenda só vai arrecadar se esse time estiver motivado (*palmas*)”. Essa é a inversão específica sobre a qual eu falo. E eu tenho dito reiteradas vezes por onde tenho passado que nós precisamos parar de fazer de conta. Se vocês, que estão no início do setor produtivo, não estiverem motivados, nós não teremos a capacidade de transformação e de empreender como merecemos.

Portanto, eu quero me somar à luta de cada um e de cada uma e quero te parabenizar, Valduga, a você e aos demais integrantes desta Comissão pela realização desta audiência. Gente, vamos permanecer unidos, independente das ideologias, das particularidades, das linhas de pensamento que cada um tenha, nós estamos aqui com o propósito e o espírito de convergência, de enaltecer um posicionamento forte para que essas empresas possam se insurgir de fato, no verdadeiro sentido. Como eu disse, vocês caracterizam na essência o PIB, que é a sexta economia deste país e que não foi fruto do acaso, isso foi fruto de desprendimento, de muita luta, de muitas horas de trabalho, muitas vezes longe da família, fazendo valer a sua condição como homens de bem.

Por isso, contem com este humilde Deputado, vamos à luta e vamos pelo menos lutar pela reposição do INPC. E viva a Epagri! E viva a Cidasc! E viva a Ceasa!

Um grande abraço a todos e obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Agora nós convidamos a fazer uso da palavra o senhor presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina, Antônio Tiago da Silva.

O SR. ANTÔNIO TIAGO DA SILVA – Companheirada, bom dia para todo mundo. Vocês são a razão maior de nós estarmos hoje aqui, com certeza; perderam aqueles que aqui não estão.

Quero saudar o Deputado Valduga, que preside esta audiência pública, e em seu nome saúdo os demais Deputados que aqui estão e os colegas sindicalistas. Quero dizer também, pessoal, que eu queria saudar aqui o Secretário da Agricultura, que nessa hora foge da discussão. (*Palmas.*) Vai lá para a mesa dizer o que não quer e na hora de vir aqui mostrar a cara, não mostra. Esse é o tecnocrata que o Deputado Comin falou há pouco, que senta atrás da mesa e diz que isso não pode, que isso não deve, que isso o governo não vai dar, sem ao menos ter argumentos para assim se referir.

Este ano eles se apegaram ao argumento da Resolução nº 02. Hoje o governo em Santa Catarina, e isso já faz algum tempo, governa através de decretos. Esta Casa, semana passada, rejeitou a redução da alíquota de ICMS de 17% para 12% para a indústria e o senhor Governador, dizendo que o Estado está quebrado, fez essa redução através de um decreto, renunciando 5% de Receita. Ora, se nós temos um Estado que já está dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal com a folha de pagamento dos seus trabalhadores, como ele abre mão de 5%? Parece-nos de uma incoerência total e da maior cara de pau que um governante pode ter.

Ontem foi anunciado, para vocês terem mais uma boa notícia, que as pequenas e microgeradoras de energia deste Estado que gerarem até 1 megawatts serão isentas de ICMS por 48 meses. Esse é um benefício para a indústria? É. Qual é o retorno que o Estado está tendo abrindo mão disso? E nós estamos tendo algumas outras situações gravíssimas. Nós temos hoje a questão do frango que não está sendo vendido, do embargo da União Europeia, e por quê? Porque o Estado, há muito tempo, fechou a rede de laboratórios que tinha de apoio a essas propriedades rurais e a essas agroindústrias e botou na mão da iniciativa privada, que nós sabemos bem como funcionam quando querem sacanear. O resultado, o reflexo disso está aí hoje: frango estocado pelo Estado de Santa Catarina inteiro porque a rede de laboratórios que Santa Catarina tinha foi terceirizada (*palmas*), ou seja, perdemos postos de trabalho, enfraquecemos as nossas empresas.

Temos um exemplo bem clássico agora. Na semana passada os maricultores aqui da região de Florianópolis ficaram sem vender, sem comercializar milhares de dúzias de ostras porque não tinham um laudo de laboratório, um trabalho que até então a Cidasc fazia com a maior tranquilidade.

Então, temos que começar a rever isso. Mas é muito estranho nós discutirmos a reestruturação e o fortalecimento das nossas empresas e aqui não vermos os diretores dessas empresas, não vermos o Secretário. (*Palmas.*) [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira*] [*Taquígrafa-Leiturista: Dulce M da Costa Faria*] Até porque hoje os secretários de Estado da Agricultura e os diretores das empresas não têm mais a barganha que tinha, por exemplo, o Victor Fontana; ele na época não vinha por um cargo público, vinha para ser Secretário da Agricultura, para desenvolver a agricultura do Estado. Nós temos hoje secretários que estão lá para atender o seu bel-prazer, estão lá grudados politicamente e sabem que não podem desagradar o governo senão no outro dia estão fora. Está é a verdade!

Foi anunciado pelo governo do Estado há cerca de quinze dias, vinte dias a redução de quatrocentos cargos nas secretarias regionais, o que é contestado e cabe a essa Casa trazer isso à tona. Os cargos fechados são cargos que nunca foram ocupados. Os funcionários das secretárias fechadas foram remanejados para outras secretárias, aquelas que ficaram *(palmas)*. Nós temos exemplos disso em Rio do Sul, em Blumenau e por aí vai.

Não dá para nós concordarmos com esse tipo de coisa que está acontecendo. Nós somos formadores de opinião e como formadores de opinião temos uma resposta e um

dia para fazer com que isso aconteça: é o próximo dia 2 de outubro (*sic*). Dali não pode passar. Chega de sermos embrulhados como estamos sendo ao longo desses anos todos!

Tivemos governo que deixou de pagar 19% de reposição e trocou por R$ 100 de abono; tivemos governos que deixaram de pagar seis meses de atrasados; e temos um governo instalado que se nega a pagar R$ 1,69, como se isso fosse a salvação do Estado. A salvação do Estado é diminuir os cargos comissionados e fechar as secretárias regionais. Há muitos anos nós temos dizendo que essas secretárias são um verdadeiro cabide de emprego. Hoje o dinheiro que falta no orçamento do Estado são esses R$ 8,5 bilhões que foram gastos ao longo desses dezesseis anos com as secretárias regionais.

E para concluir, senhores Deputados, nós precisamos que os senhores saibam que para participar desta audiência pública nós sofremos terrorismo dentro das empresas; terrorismo feito pelos assessores jurídicos que ficam sentados lá e dizem: estão liberados para participar da assembleia, mas não estão liberados para participar de audiência pública. Por que eles têm medo de os trabalhadores virem às audiências públicas? Por que eles têm medo da organização dos trabalhadores? Por uma questão simples: nós queremos passar a agricultura do Estado de Santa Catarina a limpo, nós queremos participar da decisão dessas empresas, nós queremos fazer com que se aumente o orçamento anual dessas empresas, porque ao longo dos anos nós estamos perdendo orçamento e não temos como fazer um bom trabalho hoje na Secretaria da Agricultura deste Estado com o orçamento vergonhoso que a Secretaria dispõe.

Fica aqui o nosso pedido para que na próxima peça orçamentária do Estado se consiga mexer no orçamento da Secretária da Agricultura; e que esta Casa dê um encaminhamento para que se derrube a Resolução nº 02, de 2008, que o governo editou única e exclusivamente proibindo aumento salarial para sete empresas que estão ligadas ao CPF, dentre elas a Epagri e a Cidasc. No bojo dessas empresas nós devemos ter em torno de três mil e seiscentos funcionários; três mil são da agricultura, os únicos atingidos por essa Resolução nº 02 que o CPF edita anualmente. Sempre que se fala em início de negociação nós já temos essa Resolução.

E à tarde, na assembleia, nós vamos passar nas nossas empresas - e digo nossas empresas porque sou funcionário aposentado da Cidasc, com 35 anos de serviço prestado, muito bom trabalho prestado no passado, o que não temos hoje - para cobrar dos dirigentes a não participação deles aqui nesta audiência pública. E que a gente cobre o Secretário de Estado, o senhor Airton Spies - e bato no peito para dizer que ele foi funcionário da Epagri – o porquê dele não estar aqui para defender a Epagri, da qual ele diz que foi funcionário; não está aqui para defender a Pasta que ele hoje comanda, a Secretaria da Agricultura.

Fiquem conosco à tarde! Vamos fazer aquilo que o governo quer que façamos. E se tivermos que paralisar o Estado para que ele nos ouça, vamos paralisar o Estado para que isso aconteça! Um abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) - Passo a palavra para o senhor Deputado Federal Osvaldo Mafra.

O SR. DEPUTADO FEDERAL OSVALDO MAFRA (SC) – Primeiramente quero saudar o Deputado Valduga que está coordenando esta importante audiência pública que envolve os trabalhadores da Cidasc, Epagri e Ceasa. Quero fazer uma saudação a todos, companheiras e companheiros. Eu falo companheiros e companheiras porque antes de ser Deputado Federal sou sindicalista, presidente da Força Sindical de Santa Catarina, e isso muito me orgulha porque tenho 27 anos de luta em favor dos trabalhadores catarinenses em diversas áreas, principalmente na área da alimentação onde exerço a presidência do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Itajaí e sou 1º secretário da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias

de Carnes e Derivados da Alimentação de Santa Catarina, ligado umbilicalmente com vocês porque são vocês que trabalham no campo, fazem a extensão e todo o trabalho de qualidade desses produtos que chegam às agroindústrias.

Cheguei de Brasília ainda há pouco, o voo pousou às 9h no aeroporto de Florianópolis, e vim exclusivamente para esta audiência pública porque um amigo, o Fabiano, químico da Epagri de Itajaí, fez o convite. Eu vim aqui para me colocar à disposição de cada um de vocês, até porque eu conheço muito essa área de negociação coletiva. Negocio com empresas monstruosas do nosso Brasil, como BRF, JBS, esses gigantes do setor da alimentação, há mais de vinte anos. Eu sei o que é uma negociação coletiva, eu sei o que é um enfrentamento, e este momento que nós passamos no Brasil é um momento de enfrentamento.

A gente está dentro do Congresso Nacional e vê nitidamente qual é o projeto de trabalho desses governos que estão aí, que é tirar direito dos trabalhadores e principalmente aniquilar as empresas públicas. É isso que eles querem fazer! Este é o grande mote: nos deixar desanimados e sem capacidade para daqui a pouco lutar pelos nossos próprios empregos. Eles querem nos desanimar, pregando que as empresas públicas são o problema. E aqui em Santa Catarina a Ceasa, a Cidasc e a Epagri são o orgulho dos catarinenses. *(Palmas)*

Eu ouço muitos empresários dizerem com orgulho que somos livres de aftosa sem vacinação, mas quem tem feito isso é a Cidasc, quem tem feito o trabalho de pesquisa e assessoria de campo é a Epagri. Portanto esse povo, quando fala disso, tem que dizer o nome das pessoas porque quem faz isso são os servidores dessas empresas; não é o nome da Epagri, não é o nome da Cidasc, são os servidores que fazem isso todos os dias *(palmas).* São eles que acordam cedo e dormem tarde preocupados com seu ofício, preocupados em ter dado naquele dia que passou o melhor de si, para continuar dando a este Estado, que é um dos melhores no desenvolvimento da agricultura, o *status* de livre da aftosa. São vocês que fazem isso!

Eu não tenho dúvida de que a luta de vocês é a nossa luta na busca por reposição e aumento real, porque apenas reposição não vai fazer o efeito que nós precisamos nos nossos salários; nós temos negociações coletivas paradas desde janeiro que não evoluem por conta de empresas do setor de carnes e derivados que não querem dar nem a inflação. Estamos preparando um grande levante no setor até porque não dá para aceitar isso.

E tem mais, o que vem acontecendo no Estado de Santa Catarina com o setor de carnes e derivados, tanto suínos quanto de frango, é catastrófico. Tem mais de seis mil trabalhadores já em férias coletivas. Esses seis mil trabalhadores, caso não reabra a exportação, vão virar seis mil desempregados. E não são só eles. Hoje é o mercado da Europa que está fechado, mas já tem consulta da África do Sul, da Coreia do Sul e da Arábia Saudita para fazer também embargo. Imagine, cada um de vocês aqui, um pai de família que ganha no máximo R$ 1.400 desempregado.

Então nós catarinenses temos que fazer um levante. Para isso quero deixar a força sindical de Santa Catarina e o meu mandato de Deputado Federal à disposição de cada um de vocês para a gente ir para a luta e fazer valer aquele velho refrão: lutar, lutar, lutar para conquistar. É a luta de cada um de vocês que vai fazer a diferença. Não adianta ficar em casa. E vocês cobrem o amigo que não veio: por que você não foi às assembleias? Não adianta ficar em casa sentado em berço esplêndido porque isso que não vai fazer nada pela categoria.

Estamos juntos, porque reposição salarial é obrigação, não é negociação. Temos que negociar o aumento real, senhoras e senhores presentes, e podem ter certeza de que se precisar de levante, da força sindical e seus sindicatos filiados - nós temos 147

sindicatos filiados, temos 600 mil trabalhadores representados no Estado de Santa Catarina -, nós estaremos à disposição e faremos o que for necessário para que essa categoria, o pessoal da Cidasc, da Ceasa e da própria Epagri, tenha o apoio que precisa e merece. Vocês não estão sozinhos! Grande abraço e fiquem com Deus. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Podemos perceber que as falas estão ricas de encaminhamentos, são falas propositivas. Uma audiência pública muito significante.

Mais uma vez, registro a justificativa de ausência do Deputado Dirceu Dresch, que deixou um grande abraço a vocês e a certeza de que está junto nessa luta. Aproveito para agradecer o Deputado Dresch pela proposição desta audiência que proporcionou estarmos aqui fortalecendo esse debate e retirando encaminhamentos no intuito de valorizar os servidores públicos e as empresas públicas do nosso Estado.

Passo a palavra para o senhor José Clovis Moreira, conselheiro do Conselho de Administração da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri).

OS SR. JOSÉ CLOVIS MOREIRA – Bom dia a todos. Obrigado, Valduga. Em seu nome, eu quero cumprimentar toda mesa e dizer que li dias atrás que os últimos serão os primeiros; então eu espero que essa mensagem que eu vou passar aqui seja muito bem aceita por todos, especialmente pelos Deputados e pelo Governador, que, aliás, deveria honrar mais o sobrenome que leva, senão fica difícil (*ri*). *(Palmas.)*

Eu agradeço imensamente a participação de vocês todos aqui, os funcionários da Epagri e da Cidasc, que fizeram o que eu fiz, se deslocaram 700 quilômetros, 500 quilômetros para estar aqui nesta audiência pública e à tarde na assembleia.

Eu faço parte do Conselho de Administração da Epagri. Para quem não conhece, o conselho é formado por sete membros, sendo um eleito pelos funcionários. Eu já estou no segundo período, juntamente com o Ivan Bacic, o diretor eleito pelos funcionários. E toda vez que tem uma reunião do Conselho a gente leva as reivindicações dos funcionários da Epagri, porque nós representamos mais de mil e setecentos funcionários de lá. Inclusive na última reunião, no dia 30, também levamos, mas infelizmente num outro ambiente é difícil as pessoas acatarem, porque o único representante da Epagri lá sou eu, os demais são indicados por entidades. E o Presidente é o Secretário da Agricultura que, aliás, como foi mencionado aqui, também deveria honrar seu cargo; deveria estar ao lado dos trabalhadores e não virar as costas para eles. Porque lá ele trabalhou por vários anos, se aposentou, virou doutor, tudo às custas da Epagri. Então, ele deveria ter pelo menos a humildade de dizer: olha, trabalhadores, vocês têm esse mínimo de direitos.

Quero registrar a presença do coordenador da Faper, que representa todas as associações dos funcionários da Epagri.

Quero dizer para vocês que essa é a terceira audiência pública sobre esse assunto; a primeira foi em abril de 2017, a segunda foi dia 4 de dezembro em Chapecó, e hoje. Eu estive presente nas três, justamente representando o Conselho e, obviamente, representando os funcionários, e a pergunta que eu faço: O que evoluiu? O que mudou? Discurso bonito é fácil, agora a prática, o que realmente evoluiu? Na minha opinião, evoluiu o quê? Mais trabalho, mais precariedade, menos reconhecimento; enfim, os funcionários, como já foi citado aqui por todos, são a base de tudo; tirou os funcionários dessas empresas públicas, acaba as empresas.

Então onde está a valorização dos funcionários, tanto de uma empresa quanto da outra? Na questão salarial. E se nós formos ver o INPC, é uma vergonha: R$ 1.63. E na verdade isso é mascarado, porque o INPC não é isso, mas oficialmente é. É uma vergonha saber que a Epagri, para vocês terem uma ideia, tem um orçamento de R$ 400 bilhões, é mais de R$ 1 milhão por dia. Agora, no final do mês de maio, acaba o

pagamento do PDVI e nós vamos economizar mais de R$ 2 milhões. Esse pequeno reajuste ou reposição não chega a R$ 1 milhão. Nós não podemos pagar a conta que não fizemos. Os trabalhadores da Epagri e da Cidasc não podem pagar essa conta.

Então nós temos que estar cada vez mais unidos, mais fortalecidos para que realmente possamos conquistar algumas coisas; senão o que vai acontecer? Eles vão terceirizando, não vão mais fazer concurso público; enfim, são mais de quatrocentos ou quinhentos aposentados e daqui a pouco a lei trabalhista pega para o lado dessas pessoas também, complicando ainda mais todas as nossas atividades.

Depois dessas audiências realmente nós temos que fazer algo prático. Então nós queremos reforçar aqui, mais uma vez, aos Deputados e ao governo, à Secretaria da Agricultura, que realmente coloquem alguma coisa em prática.

Concordo com o Piazera, nós temos que sair pelo Estado, e se não tiver audiência pública que tenhamos seminários para discutir com os funcionários e com a sociedade qual o papel da Epagri, qual o papel da Cidasc e o seu fortalecimento.

Nós precisamos fortalecer em todos os sentidos, no reconhecimento, na valorização através de um salário justo e também nas condições de trabalho. Eu sei que tem "barreiristas", os fiscais sanitários que trabalham num ambiente totalmente precário, em escritórios municipais totalmente precários. E outras questões, por exemplo, onde está o programa de incentivo à pós-graduação, à graduação, enfim, o melhoramento? Afinal, a Epagri é uma empresa de pesquisa e extensão rural, uma empresa de conhecimento e não está sendo feito isso. Então nós precisamos melhorar esse aspecto também. [*Estagiária: Ana Clara*]

E para finalizar, agradeço pela oportunidade. E como conselheiro da Epagri, a gente tem que fazer jus ao cargo que ocupa. Eu também trabalho como extensionista de um Município com três mil habitantes, juntamente com a minha colega, a Francisca. Porque se tirar a Epagri praticamente a agricultura não anda. E assim tem outros e outros exemplos, mas para isso nós temos que fortalecer e valorizar os nossos funcionários. Valorizar de que forma? Tendo esse reconhecimento não só no dissídio coletivo, mas de todas as outras formas.

Então, espero realmente que esta audiência pública tenha êxito, tenha sucesso e que seja colocada em prática. Não adianta só o discurso, nós precisamos colocar em prática; e que outras aconteçam nas regiões, de forma descentralizada.

Gostaria de parabenizar a Comissão, que lidera este trabalho, pelo menos é uma oportunidade de nós estarmos aqui falando e colocando os nossos anseios, as nossas angústias, aquilo que os funcionários precisam falar e nem todos conseguem por não ter essa oportunidade.

Muito obrigado, boa audiência para todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Com a palavra o senhor Leocir José de Matos, representando os barreiristas.

O SR. LEOCIR JOSÉ DE MATOS – Bom dia, nobres Deputados e colegas que aqui estão.

Eu trabalho na Cidasc e represento aqui os barreiristas. É com muita tristeza que a maioria dos barreiristas, que estão aqui, está brigando por um aumento de salário de R$ 40, o que equivale a 8 litros de gasolina. É uma vergonha esse descaso com a nossa categoria que está à frente do trabalho, fiscalizando produtos de origem animal e vegetal que entram no nosso Estado de Santa Catarina.

Infeliz foi o nosso Governador ao dizer que a contratação dos novos servidores se deu por conta de que os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul estão com pedidos livres de febre aftosa. Mas sabemos que Santa Catarina pleiteou por muitos

Documento taquigrafado e transcrito pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões.

anos para conseguir esse estado, e hoje o governo sai por aí mundo afora se granjeando de uma gratificação que é nossa. *(Palmas.)*

Vocês acham que do dia para a noite Paraná e Rio Grande do Sul vão conseguir esse *status* que nós temos? Não. Erroneamente o Governo fez esta colocação para a não contratação dos novos servidores, que já foram chamados, que tiveram que deixar os seus empregos. Alguns foram chamados pelo benefício de serem portadores de deficiência, pediram a exoneração do INSS porque queriam trabalhar e receber os seus salários dignamente e foram desconvocados. É uma vergonha, gente! É uma vergonha! Pessoas com possibilidades foram chamadas e contratadas, a carteira de trabalho está na Cidasc. E aí vem uma resolução dizendo que já não são mais contratados! Nem tiveram a capacidade de devolver essa documentação! E depois de serem feitos todos os exames admissionais acontece isso.

Então, eu deixo aqui a minha indignação e espero que os nobres Deputados encaminhem isso ao Governador para que ele tenha uma resposta plausível para essa descontratação.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Obrigado, Leocir.

Com a palavra o senhor Ivan Luiz Zilli Bacic, membro do Conselho Administrativo da Diretoria Executiva da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e representante dos trabalhadores na Cidasc.

O SR. IVAN LUIZ ZILLI BACIC – Bom dia, eu queria agradecer por essa oportunidade que a Alesc está nos dando com esta audiência pública e parabenizar o pessoal pelas falas anteriores, todas muito importantes. Eu não vou repetir tudo o que já foi colocado. Então, parabenizar todos vocês; mais uma vez estamos aqui reunidos com um grande número de pessoas.

Eu só quero colocar rapidamente dois pontos. Um já foi colocado pelo Moreira e por outros colegas que falaram anteriormente, de transformar esses discursos em algo mais prático. Só dando um exemplo, além de todos os que já foram colocados aqui. Estávamos ontem participando da abertura do Congresso Brasileiro de Apicultura, o Deputado José Milton estava lá também, e contamos com a participação do nosso Secretário da Agricultura, que lá estava representando o Governador; Secretário colocou para todos que estavam lá participando a importância da agricultura, a importância das nossas empresas; ainda na fala do Secretário, ele mencionou o fato de Santa Catarina ter sido o último Estado a entrar na crise e o primeiro a sair da crise, ressaltando a importância da agricultura e das nossas empresas. Falou também sobre os 2.7% do PIB para o Orçamento, que o governo não lamenta um centavo sequer desse Orçamento por todo o retorno que a gente está recebendo; o Estado recebe pelo trabalho todo que a gente faz.

Então, só para concluir, duas proposições: com o apoio desta audiência, o apoio dos Deputados da Assembleia Legislativa, que a gente consiga começar a transformar esses discursos em algo prático; que com toda a importância que a agricultura tem realmente haja reconhecimento dos funcionários e das empresas; e a segunda, que já foi colocada na audiência pública anterior, e eu recoloco aqui que é aumentar o valor dos 2.7% que estão indo para a agricultura. Então, já tinha sido colocado na assembleia anterior, não me lembro se o valor era quatro ou quatro e meio, que era a proposição, mas que seja também defendido aqui pela Casa e apoiado também aquela reivindicação que já foi feita na audiência anterior.

Muito obrigado e na assembleia à tarde nós vamos estar lá. Um abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Obrigado. Gostaria que você fizesse parte da mesa, Ivan.

Passo a palavra para o senhor Élvis Taffarel, engenheiro agrônomo da Epagri.

O SR. ÉLVIS TAFFAREL – Bom dia a todos. Gostaria de saudar em especial o Deputado Valduga e os demais colegas.

Vou falar um pouco da região que eu venho, que é o extremo-oeste catarinense. Eu e mais um monte de colegas atravessamos o Estado de ponta a ponta para estar aqui hoje. Mas, na nossa região 60% dos agricultores são atendidos pela Epagri. A maioria dos nossos Municípios, dois terços do movimento econômico vêm do setor agropecuário ou diretamente de empresas ligadas a ele; ou é produção agrícola, pecuária, animal ou de algum abatedouro, alguma empresa que diretamente está ligada com o setor agropecuário. Então significa que 60% dessas famílias hoje são atendidas pela Epagri, e junto com a Epagri temos a Cidasc, lá na região, que é quem dá o suporte do *status* sanitário, como já foi dito aqui, tanto na área vegetal como na área animal.

Os nossos colegas são tão apegados às empresas nas quais eles trabalham, que eles têm camisetas com o logotipo da empresa, pagas com o dinheiro do seu bolso. Muitos estão aqui hoje, mesmo sem ser dia de trabalho, com o casaco e com a camiseta com o logotipo da empresa. Isso não é uniforme pago pela empresa, isso é apreço, é orgulho que cada um de nós tem pela empresa.

Então, o mínimo que a gente pede é que o Estado mantenha essa questão, essa motivação dos nossos funcionários, dos nossos colegas para que se consiga ter esse mesmo *status* sanitário, tanto animal quanto vegetal; que a Epagri retorne hoje, oficialmente, pelo balanço social que a empresa divulga - não é uma questão sindical - acima de R$ 5 por R$ 1; ou seja, cada real que o governo investe na Epagri, retorna mais de R$ 5 para a sociedade. Então quem diz que a Epagri é uma empresa deficitária é porque está fazendo uma conta muito equivocada.

São números oficiais e que dão lastro para a Epagri, que enchem de orgulho os discursos, mas o que a gente vê é que a gente não consegue nem a manutenção das causas sociais e nem a renovação do direito de manter o poder de compra.

Há pouco tempo a gente recebeu na região a segunda visita de argentinos, no qual nós tínhamos o pessoal do Ministério da Agricultura, de agroindústria, como se chama lá na Argentina, para conhecer por que Santa Catarina, que é vizinha de Misiones, no Estado vizinho, desenvolveu e por que lá não desenvolve? É a questão da extensão rural, principalmente da questão sanitária. Mas então se alguém tem dúvida, pergunte para os nossos irmãos argentinos por que eles estão vindo ao Brasil conhecer a nossa realidade, ver a nossa fórmula do sucesso.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Aqui tem Epagri, tem Cidasc e tem Ceasa. *(Palmas.)*

Então, só reforçando o que a gente espera é só a manutenção dos nossos direitos. Meu muito obrigado. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) - Obrigado, Élvis. Eles que atravessaram o Estado de Santa Catarina, lá do nosso querido oeste de Santa Catarina, e tem quem veio do sul, do norte e do leste, que bom que está todo mundo aí, firme.

Na semana que vem teremos uma audiência pública, dia 23, para debater a democratização dos meios de comunicação do Estado de Santa Catarina.

Passo a palavra ao senhor João Carlos Santin, diretor de Comunicação da Associação Catarinense de Rádios Comunitárias (Acracom) e assessor jurídico do Sindaspi/SC.

O SR. JOÃO CARLOS SANTIN - Bom dia a todos. Novamente é uma grande satisfação estar aqui, olho no olho, inclusive dos Deputados, ver quem realmente fala a verdade. Mas vocês também devem pensar: Puxa, mas esse Santin é muito metido, só quer fazer audiência pública na Assembleia Legislativa. Mas é que eu defendo. E muitos me perguntaram: Mas de novo, vamos seguir a mesma estratégia do ano passado? Mas não tem nada a ver uma coisa com a outra, só que nós temos que ter estratégias e sermos inteligentes.

Eu acredito muito na inteligência. Vocês já ouviram falar na CIA? Não sei como é que se traduz em inglês, dever ser Agência Central de Inteligência Norte-Americana. Eles dominam o mundo com a CIA, inclusive nós. O Valduga cometeu um erro dizendo que nós não podemos voltar para o colonialismo. Mas nós somos uma grande colônia ainda. Eu falo sempre que nós somos ainda um país tupiniquim. E o nosso Estado, com todo o poderio econômico que tem, é pouco considerado na esfera da Federação.

A nossa representação política, inclusive, dá para se dizer que de certa forma é vergonhosa em Brasília. Mas de qualquer forma, a importância desta audiência pública ninguém pode duvidar, porque nós estamos aqui defendendo os interesses não de vocês trabalhadores, única e exclusivamente, como já foi falado, mas os nossos interesses da sociedade em geral, porque nós temos as empresas, a Epagri. E eu falo isso porque estou há pouco tempo com vocês, quase quatro anos, já é muito tempo, mas nós tínhamos, lá de fora, vocês como referência e achávamos que o Siqueira era um doutor que era muito bem remunerado. E quando ele me trouxe, pela primeira vez, para eu analisar o salário dele, eu disse: “Eu não acredito que tu ganhas só isso, meu caro Siqueira”. E aí eu entendi por que esse homem trabalha de segunda a segunda, tendo que trabalhar inclusive de segurança no final de semana. Nossos amigos trabalham de açougueiro lá no supermercado. Quando vou comprar, quando sobra uma graninha para nós comermos um churrasco, não é Siqueira?

Então essas contradições vieram à tona quando eu comecei a fazer parte, e por isso que nós trouxemos essa realidade aqui, José Milton, para vocês discutiram profundamente aqui dentro da Assembleia Legislativa, porque causa horror a nós cada vez que vem uma notícia de que há funcionários ganhando R$ 1,7 mil de vale-refeição, enquanto o piso de vocês é de R$ 1,6 mil. Isso é muito indignante e nós não podemos mais concordar com essa discrepância, com esse corte de classes que existe. E vocês do setor agropecuário, com tamanha discriminação, inclusive como foi falado aqui, com uma resolução que proíbe inclusive o reajuste; o aumento, aliás. Porque reajuste é uma obrigação, está lá no artigo 37 da Constituição Federal, que é obrigação de todo administrador repor a remuneração dos seus funcionários - dos nossos funcionários, não deles. Eles são apenas gestores, que muitas vezes caem de paraquedas, mentindo para nós.

E aí que entra a nossa posição de cidadão, começar a perceber esses fatos, esses factoides e parar de defender as pessoas que tiram nosso couro para fazer o chicote, para depois bater em nós. *(Palmas.)*

Lamento a ausência do Spies nesta mesa; lamento a ausência do presidente da Epagri, que deveria estar aqui escutando os nossos reclames. Uma pessoa inidônea para a categoria da Epagri, principalmente em relação ao Sindaspi, que tem muita relutância em relação a essa pessoa, que representa tudo o que há de ruim na administração pública. Utilizando-se normalmente do assédio moral para combater os funcionários e calar os funcionários dentro das empresas.

É isso que nós temos que combater também, José Milton, através da Assembleia Legislativa, e esse é um dos propósitos desta audiência pública. Que fique bem claro isso, o reajuste salarial é uma obrigação do Estado! E tem que fazer de outra forma, e

não tirar mais ainda do nosso couro, mesmo que seja 1,67%. O grande estudo econômico que nós fizemos, demonstra que em 20 anos dá para comprar um carro zero com essa diferença aí, de R$ 50, R$ 60, R$ 100 que eles nos tiram todos os anos. Qual é a diferença hoje, Vilmar? Qual é a nossa perda salarial? Acho que chega a quase 70%.

Então é isso que nós temos que nos dar conta, a principal mensagem desta audiência pública é essa: nós temos que sair motivados, no sentido de ficar cada vez mais unidos e convencer os três mil funcionários das empresas que nós estamos defendendo aqui de que tem que vir para a trincheira, sim. Nós temos que nos desvencilhar inclusive de certas questões complexas dentro do serviço público, das empresas, porque a gente também conhece inúmeras distorções, porque a gente convive com vocês no dia a dia lá no Município, sabemos que tem muita distorção e nós temos que acabar com isso.

Então, mobilização total. Os esquenta vão ter que se acirrar a partir de hoje, nós temos que desgastar o máximo esse governo pelo o que ele fez. O chamamento desse concurso da Cidasc representa bem o menosprezo que eles têm, não só pela saúde da alimentação de Santa Catarina, mas pelo menosprezo dessas empresas, e nós temos que descobrir o porquê isso acontece, inclusive se utilizando de nós só na hora da eleição.

Espero que esses 1,67% não sejam moeda de troca do voto na próxima eleição. *(Palmas.)*

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) - Obrigado, Santin.

Agora nós passaremos aos encaminhamentos. Quero agradecer os servidores da Casa, que acompanham e registram a nossa audiência pública. Lembrando que a gente gosta de valorizar aqueles que foram autores dessa proposição, o Deputado Dirceu Dresch, que não está aqui hoje, mas estamos juntos, irmanados; o Deputado José Milton Scheffer, pela importância; enfim os Parlamentares e todos que fizeram parte da reunião de hoje.

Com a palavra a senhora Adriana Padilha, da Epagri.

A SRA. ADRIANA PADILHA – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer aos Deputados que propuseram e viabilizaram esta audiência pública; e também agradecer aos nossos colegas que vieram de longe e que estão presentes aqui. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Fortalecer as empresas públicas da agricultura é também fortalecer a agricultura, que aqui em Santa Catarina é predominantemente familiar e que precisa de serviços de qualidade, prestados por funcionários valorizados e motivados. Só dessa forma o serviço vai ser de qualidade.

Nós, funcionários, lutamos por um ACT justo. Parece que estamos pedindo privilégios, mas estamos pedindo o mínimo e somos tratados como se estivéssemos pedindo privilégios para o governo do Estado, porque não somos sequer ouvidos. Nós lutamos principalmente para que nossas empresas fiquem mais fortes, menos suscetíveis à mudança de governo, a ideias particulares e sem fundamentos e também a critérios calcados na mera vontade de dirigentes. Nós não podemos mais estar submetidos a isso! Nós precisamos das nossas empresas livres, regidas por normas claras e transparentes, onde todos os processos sejam justos e todos os funcionários possam ter as mesmas oportunidades.

Reforço, aqui, como proposta concreta, aquilo que o diretor Bacic citou, o aumento de orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura de 2,7% para pelo menos 4%, porque, se o governo não se arrepende de nada do que investe, significa que somos

um bom investimento com retorno garantido. Então, que aumente o orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura para que possamos trabalhar melhor.

E, além disso, que se tenha esforços concretos para aumentar e reforçar os nossos quadros funcionais contratando mais pessoas e trazendo de volta os colegas da Cidasc, que foram chamados e dispensados, num processo que não conseguimos entender o que aconteceu até hoje.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Obrigado, Adriana. Adriana, gostaria que você fizesse parte da mesa. Nós temos que embelezar esta mesa com a presença de uma mulher. O que vocês acham mulherada, vamos empoderar as mulheres ou não vamos? (*Palmas.*)

Seja bem-vinda à mesa.

Após a fala do próximo orador, vamos fazer os encaminhamentos.

Com a palavra o senhor Alexandre Carlos Menezes Netto, pesquisador da Epagri.

O SR. ALEXANDRE CARLOS MENEZES NETTO – Pessoal, muito bom dia. Eu sou pesquisador da Epagri, nós viemos de Videira, saímos ontem à noite com o pessoal de Caçador.

Eu queria aproveitar este pequeno espaço para fazer um registro, em nome da pesquisa - pedir licença aos nossos colegas pesquisadores, os poucos que estão aqui, lamentavelmente, estamos pouco representados, mas espero que muito brevemente nossos colegas se atentem para a importantíssima discussão que está sendo feita aqui, no dia de hoje -, e agradecer aos nobres Deputados e aos distintos colegas presidentes dos Sindicatos das empresas em agropecuária catarinenses.

Como já foi muito bem colocado aqui, no dia de hoje, não estamos somente pedindo uma reposição salarial aqui, o nosso apelo, os nossos votos e os nossos anseios são para que não haja um desmonte das empresas e dos serviços prestados à sociedade catarinense e à sociedade brasileira, como um todo, para que continue sendo um serviço de qualidade, como sempre foi, prestado pelos funcionários dessas empresas. Se nós não nos atentarmos para esse tipo de colocação e para a importância dessa causa, provavelmente, estamos falando do começo do fim da pesquisa agropecuária catarinense.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Obrigado.

Agora nós vamos para os encaminhamentos. Eu vou ler alguns encaminhamentos que foram anotados pelo Leonor, que representa o Deputado Dirceu Dresch, a quem quero agradecer por, muito atento, ter anotado todos os encaminhamentos para que pudéssemos socializar com os presentes, e a mesa também tem algum encaminhamento a fazer.

O que tiramos como encaminhamento foi: uma moção para que o governo do Estado apresente uma proposta de reajuste salarial – isso tudo vai ser feito oficialmente em forma de requerimento da Assembleia Legislativa e queremos buscar a subscrição de todos os Deputados -; continuar com as reuniões do Grupo de Trabalho (GT); também gostaria de, como temos a Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços e Empresas Públicas de Santa Catarina - a qual eu presido, o Deputado Dirceu Dresch é o Vice-Presidente e o Deputado Rodrigo Minotto é o Relator -, convidar vocês para que fizessem parte desse nosso grupo de trabalho, aqui da Assembleia. É importante nos irmanarmos, até porque, nesse GT temos também o debate da Casan, da Celesc, da Eletrosul, enfim, de todas as empresas públicas do Estado, inclusive, a que vocês representam, aqui, no dia de hoje. Eu faço esse convite e tenho certeza que vamos estar

irmanados para fortalecer esse movimento com outros segmentos que também estão sendo sucateados e estão justificando através da terceirização, que é uma coisa que temos que ficar muito atentos a esses PDVIs, a essas coisas que estão acontecendo, inclusive na Casan e, depois, vem a terceirização por trás disso. Eu acho que é um debate que tem que ser feito no grupo de trabalho. A precarização começa pela terceirização. Você faz PDI, PDV, e depois é o seguinte, vem o terceirizado ou o quarteirizado. É muito importante isso que nós debatemos hoje aqui, mas também como encaminhamento estar propondo para rever essa preocupação.

Também uma moção ao governo federal para revogar a Emenda Constitucional nº 95, a tal da PEC da Morte, sucateando tudo; uma moção ao governo do Estado para ele revogar o congelamento por dois anos, que também foi um retrocesso e que, infelizmente, foi aprovado, nesta Casa, com o voto contrário nosso e também de outros Deputados, mas fomos vencidos; solicitar ao governo do Estado uma audiência pública, através da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, com o Comando Unificado para apresentar as partes, as propostas, as reivindicações. Nós, enquanto Comissão, vamos nos organizar e fazer esse encaminhamento para que possamos sentar com o governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina.

Outro encaminhamento é para a realização de audiências públicas ou seminário nas diversas regiões do Estado para o fortalecimento das empresas públicas. Eu vejo que é muito importante que se leve a Assembleia às demais regiões do Estado de Santa Catarina. A gente sabe das dificuldades que é, muitas vezes, fazer uma audiência; então queremos, mais uma vez, agradecer todo esse empenho para que vocês pudessem estar aqui, hoje, não é José Milton? O Deputado José Milton complementou essas questões do sul e de outras regiões, para que se pudesse debater aqui. Então que a gente possa fazer essas audiências nas demais regiões do nosso Estado de Santa Catarina, Santin.

Também como encaminhamento se tirou a revogação da Resolução nº 002/2018, do CPF, o Conselho de Política Fazendária - Secretário da Fazenda, Casa Civil, Planejamento e Procurador-Geral do Estado; também que o governo apresente propostas que atendam as reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras da Epagri, da Cidasc, da Ceasa de reposição da inflação nas cláusulas sociais concedendo nos salários a reposição de inflação e garantia de emprego até 30 de abril de 2020.

Esses foram os encaminhamentos, as proposições feitas.

Com a palavra o senhor Eduardo Medeiros Piazera, para fazer um encaminhamento.

O SR. EDUARDO MEDEIROS PIAZERA – Nós apresentamos esse encaminhamento, que o Deputado acabou de ler, com as nossas principais preocupações do acordo coletivo deste ano, que é justamente a reposição do índice de inflação em todas as cláusulas sociais, naquelas que têm impacto financeiro, seja vale-alimentação, auxílio-creche, todas essas; a reposição da inflação nos nossos salários; a garantia de emprego, que é uma cláusula que a gente chama de pétrea. Nós não aceitamos mudar!

Faz tempo que a gente sempre assina acordo coletivo com dois anos de garantia. Então essa é uma proposição que nós não aceitamos mudar, garantia de emprego até 30 de abril de 2020, e que seja discutido com seriedade o aumento da participação patronal nos nossos planos de saúde, nos moldes do SC Saúde que paga 4,5%. Hoje as empresas pagam 4%, mas nós queremos também essa igualdade de participação patronal para 4,5%, senão daqui a pouco os funcionários estarão arcando com esses custos nos planos de saúde. Nós queremos uma discussão séria sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Muito bem. Está sendo anotado como encaminhamento.

Com a palavra para fazer um encaminhamento o senhor Gilmar Luiz Espanhol.

O SR. GILMAR LUIZ ESPANHOL – Obrigado, Deputado, como encaminhamento também...

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Eu gostaria que nós respeitássemos a fala do senhor Gilmar Luiz Espanhol, daí o senhor poderia falar no microfone porque está sendo gravado, se é para encaminhamento, seria isso?

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Certo, já foi falado. Dos zootecnistas já foi falado é muito importante.

O SR. GILMAR LUIZ ESPANHOL – Deputado Valduga, como mais um encaminhamento queremos sugerir que o grupo de trabalho das empresas públicas intermediasse um agendamento com o governo do Estado para a questão da negociação. E fazer com que o governo entenda que esta Casa está com os olhos abertos para a nossa situação.

Outro encaminhamento que gostaria de fazer, e que também não vamos aceitar de forma alguma, é quanto à interferência na liberdade sindical que o governo está propondo, ou seja, a nossa contribuição negocial, que sempre se fez presente no acordo coletivo, nós não podemos aceitar que o governo dê as costas para essa questão da liberdade sindical, porque o risco está todo com o sindicato e não com o governo. Então, não vamos aceitar que a ACT venha sem essa cláusula.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Muito bem. Essa questão da liberdade sindical é importante. Todos nós sabemos que o sindicato é um instrumento dos trabalhadores e tem que ser respeitado. Muito bom o encaminhamento, Espanhol.

Com a palavra o senhor Tiago Antonio da Silva para fazer um encaminhamento.

O SR. TIAGO ANTONIO DA SILVA – Deputado, a gente sabe que a construção do Orçamento anual começa a partir deste momento e, quando vem para esta Casa, já vem praticamente definido. Seria importante também - talvez através da Comissão que o senhor preside, da Comissão de Agricultura e Política Rural, da Frente Parlamentar do Cooperativismo, que o Deputado José Milton preside - que saísse uma moção para que a peça orçamentária do Estado, referente à Agricultura, tivesse uma melhora significativa, porque com 2,7% e o governo cortando 20% a cada ano, não tem condições de tocar as empresas da agricultura, nem a Secretaria e muito menos a agricultura deste Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Muito bem. Nós já tínhamos encaminhado, mas tem o reforço da importância do Orçamento.

Nós também queremos pautar - até porque nós temos a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aqui na Assembleia Legislativa, da qual sou o Vice-Presidente e o Deputado Serafim Venzon, é o Presidente - a Comissão de Trabalho e o seu Presidente, porque tudo passa por ela, Santin e Tiago, aqui nesta Casa, para que esteja neste debate, assim como a Comissão de Agricultura e Política Rural. É importante que a gente se atenha à questão das nossas Comissões, da Comissão de Agricultura e Política Rural, da qual vossa excelência também faz parte, Deputado José Milton, porque é importante pautarmos as Comissões para estarem conosco no debate para fortalecer essa luta que é de todos.

Com a palavra o senhor Eduardo Medeiros Piazera, para uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO MEDEIROS PIAZERA – Pessoal, logo que acabar a audiência, nós orientamos a todos os coordenadores dos ônibus e os outros participantes, que não estão nos ônibus, mas que vão participar da assembleia à tarde,

que se dirijam imediatamente para a Apaer, já chegou lá o almoço. Então, quem vai chegando pode ir almoçando, porque a ideia é, imediatamente após o almoço, nós fazermos uma passeata pelas empresas, como a gente já fez no ano de 2016 e também como se fez em muitos anos atrás, para mostrar o nosso descontentamento com as nossas faixas.

Então assim, só para todos ficarem sabendo, vamos almoçar e aguardar preparados para sair a pé, em passeata para passar em frente às empresas e à Secretaria da Agricultura. O.k.? Então saindo daqui direto para a Apaer almoçar.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Muito bem, valeu guerreiro.

Com a palavra o Deputado José Milton Scheffer para as suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER - Eu acho que a audiência transcorreu de maneira muito equilibrada e quero parabenizar a todos pela participação e também, mais uma vez, deixar a Assembleia Legislativa à disposição de todos, das nossas empresas. A pauta que foi tirada aqui nós vamos levar para o Plenário e buscar, principalmente neste momento agora, colocar pressão no governo, a partir da Assembleia Legislativa, para atender as reivindicações da assembleia de vocês hoje à tarde.

Eu acho que estamos no caminho. É uma questão justa, como eu falei, merecida, cada um já fez o seu papel, mas sem a participação e a presença de vocês esse movimento não vai conseguir os resultados. Nós temos que continuar alertas. O que eu quero colocar, Piazera, é que conte conosco nesta caminhada, todos os sindicatos.

Na questão do Orçamento, nós estamos combinando e vamos colocar uma emenda na Comissão de Finanças e Tributação para tentar aprovar o aumento da verba para a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, porque aí, sim, pode impactar nas empresas. Nós temos que continuar caminhando juntos, participando. Não é uma luta fácil, mas acho que tem que derrubar essa resolução, porque as empresas da agricultura não... Nós temos um superávit em função da PDV, se o Governador quiser ele faz e não impacta no comprometimento da folha de pagamento. Por isso, a importância da Assembleia, da manifestação de vocês, hoje, aqui para chamar a atenção. Os projetos que têm dado certo, aqui, na Assembleia, são quando as pessoas vêm para cá, protestam, levantam as bandeiras.

Aqui, em Florianópolis, a Epagri e a Cidasc, infelizmente ou felizmente, são empresas que são espalhadas por todo o Estado, por isso que, às vezes, a gente tem dificuldade de mobilizar e chamar a atenção do poder central. Mas a presença de vocês, hoje, aqui, não foi em vão, não será em vão e nós vamos, junto com os sindicatos, dar sequência às prioridades e aos temas que vocês levantaram hoje aqui.

Era isso, uma ótima assembleia à tarde e vamos continuar unidos até vencermos todos os nossos desafios. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Cesar Valduga) – Muito bem. Nós queremos, mais uma vez, agradecer a presença de todos, dos Deputados José Milton e Dirceu Dresch, que também é proponente desta audiência pública, a todos que participaram desta audiência, em especial a todos vocês que vieram de todas as regiões do Estado de Santa Catarina e ao meu povo do oeste, de Chapecó.

Então, acho que foi uma audiência pública muito madura, muito propositiva, com encaminhamentos reais e com o comprometimento, principalmente desta Casa. Eu vejo que dessa forma vamos avançar.

Também muito atento à questão da terceirização, Deputado José Milton, quero lembrar dessa preocupação, porque se permitirmos que as terceirizações venham a acontecer, como está acontecendo com a Casan e outras empresas públicas, vai afunilar no sucateamento das estatais do nosso Estado. É o que está acontecendo com a Epagri, com a Cidasc, com o Tribunal de Justiça também, enfim, com os órgãos do nosso Estado. Eu sempre falo que a terceirização é o caminho para a precarização dos serviços públicos e a desvalorização dos concursados. Então temos que estar atento à questão dos PDVIs, PDVs que surgem e o concurso que não sai. A gente vê isso em diversos setores. Olhem o Magistério no Estado, hoje, mais de 50% são ACTs, uma contratação temporária. Com isso se está precarizando o serviço público. Então, nós precisamos de concurso público e, é claro, da valorização dos servidores.

Parabéns as entidades que se fazem representar aqui, parabéns a todos que estão aqui nesta tarde.

Dito isso, nada mais havendo a tratar, encerramos a presente audiência pública. (*Palmas.*) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé*] [*Taquígrafa-Leiturista: Dulce M da Costa Faria*]

DEPUTADO ESTADUAL SERAFIM VENZON
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

DEPUTADO ESTADUAL CESAR VALDUGA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO